

O Papel Das Políticas Públicas Para A Integração Da Educação Antirracista No Currículo Escolar

Laís Müller Napoleão Braz

Fundação Getúlio Vargas

Marcos Vinícius Amaral Ribeiro

UFOP- Universidade Federal De Ouro Preto

Mara Darcanchy

UNIFACVEST

Fábia Napoleão Andrade

UFJF

Luana Darby Nayrra Da Silva Barbosa

Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho - Faculdade De Ciências E Letras De Araraquara

Gabriel Antonio Ogaya Joerke

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Mato Grosso

Bárbara Ângelo Muratori

Faculdade Iguazu

Claudienne Da Cruz Ferreira

UFMA

Marcos Paulo De Souza

Universidade Federal Fluminense

Graziele Azevedo Rodrigues

Centro Universitário De Belo Horizonte

Cristiane Santana De Arruda

Universidade Do Estado De Mato Grosso-Unemat

Milene Vasconcelos Leal Costa

Universidade Do Estado Do Pará

Wagner Roberto Batista

Universidade Federal Do Triângulo Mineiro - UFTM

Francisco Maciel Da Silva Reis

Universidade Estadual Do Maranhão

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar o papel das políticas públicas na integração da educação antirracista no currículo escolar brasileiro, considerando a complexidade das percepções e práticas dos educadores. Realizada com uma abordagem qualitativa e exploratória, a amostra foi composta por quinze professores de uma escola,

selecionados por conveniência, e os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, analisadas através da técnica da análise do discurso. Os resultados revelaram uma dualidade nas experiências dos educadores, com resistência à abordagem de temas raciais, mas também um significativo interesse por parte dos alunos em aprender sobre a cultura afro-brasileira. Essa dinâmica aponta para a necessidade urgente de formação contínua dos professores, que se mostraram inseguros em lidar com questões delicadas de identidade racial. A conclusão enfatiza que, para a efetivação da educação antirracista, é imperativo que as políticas públicas não apenas ofereçam diretrizes, mas também promovam programas de formação e um comprometimento coletivo entre escolas, famílias e comunidades, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação antirracista; Currículo escolar.

Date of Submission: 15-11-2024

Date of Acceptance: 25-11-2024

I. Introdução

Para compreender o papel das políticas públicas na integração da educação antirracista no currículo escolar, é imprescindível contextualizar o racismo como um fenômeno estrutural e histórico na sociedade brasileira. O Brasil, caracterizado por sua diversidade étnica e cultural, enfrenta desafios profundos relacionados à desigualdade racial, que se manifestam em várias esferas, incluindo a educação. Neste contexto, as políticas públicas emergem como instrumentos fundamentais para promover a inclusão e garantir uma formação que respeite e valorize as identidades de todos os grupos raciais (Arzano; Sampaio; Melo, 2022).

As políticas públicas direcionadas à educação antirracista visam não apenas combater a discriminação racial, mas também fomentar uma reflexão crítica acerca das relações raciais. Essa abordagem propõe a transformação do currículo escolar, integrando conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os alunos. Essa perspectiva é essencial para que as futuras gerações compreendam a relevância da diversidade e do respeito mútuo (Coelho; Brito; Cruz, 2023).

Ademais, a implementação de uma educação antirracista no currículo escolar demanda o comprometimento de diversos atores, incluindo o governo, as instituições de ensino e as comunidades. Diretrizes educacionais, como a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, representam um marco significativo nesse processo. Contudo, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a resistência de alguns educadores e a carência de recursos adequados para a formação contínua de professores (Oliveira, 2022).

Outro ponto crucial a ser considerado é a formação contínua dos educadores, que deve ser prioritária nas políticas públicas. Para que a educação antirracista seja realmente eficaz, é necessário que os docentes estejam adequadamente preparados para abordar essas questões de maneira sensível e crítica. A ausência de preparo pode resultar na reprodução de estereótipos e preconceitos, o que contraria os objetivos de uma educação inclusiva e transformadora (Pereira; Pereira; Bianco, 2022).

Frente ao exposto, o objetivo da pesquisa foi analisar o papel das políticas públicas para a integração da educação antirracista no currículo escolar.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa em questão foi realizada com um enfoque exploratório, visando entender a percepção e as práticas dos educadores em relação à educação antirracista no contexto escolar. Este tipo de pesquisa é particularmente útil em áreas ainda em desenvolvimento, onde há uma necessidade de mapear e compreender fenômenos que não foram amplamente estudados. Ao adotar uma abordagem qualitativa, buscou-se capturar a complexidade das experiências e opiniões dos participantes, permitindo um aprofundamento nas nuances que caracterizam a formação e a atuação docente em temas relacionados ao racismo e à diversidade.

A amostra da pesquisa foi composta por quinze professores de uma escola brasileira, selecionados por conveniência. Esse método de amostragem foi escolhido devido à facilidade de acesso aos participantes e à disponibilidade dos mesmos para participar das entrevistas. A escolha de uma escola específica, com características definidas, permitiu uma análise mais profunda e contextualizada das experiências dos educadores. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, uma técnica que permite explorar em detalhes as percepções e experiências dos participantes.

As entrevistas foram semi-estruturadas, o que possibilitou tanto a coleta de informações específicas quanto a flexibilidade necessária para que os professores pudessem compartilhar reflexões e narrativas pessoais. Cada entrevista foi cuidadosamente planejada e realizada em um ambiente que favorecesse a abertura e a confiança, garantindo que os participantes se sentissem à vontade para expressar suas opiniões de forma honesta e abrangente.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise do discurso, que se propõe a investigar não apenas o conteúdo das falas dos participantes, mas também as relações de poder, contextos sociais e culturais que permeiam as interações discursivas. Essa abordagem permitiu identificar padrões, temas recorrentes e contradições nas falas dos professores, revelando como suas experiências e percepções sobre a educação

antirracista se articulam com a realidade escolar e as políticas educacionais vigentes. A análise do discurso possibilitou, assim, uma compreensão mais rica e aprofundada das narrativas dos educadores, contribuindo para um entendimento crítico da prática pedagógica em relação à temática racial.

III. Resultados E Discussões

Os resultados da pesquisa revelaram uma diversidade de percepções e práticas entre os quinze professores entrevistados em relação à educação antirracista. Por exemplo, o respondente E3 destacou: "Sinto que há uma resistência, não apenas dos alunos, mas até mesmo de alguns colegas em abordar a história afro-brasileira. Para muitos, isso ainda parece um tema 'tabu'." Por outro lado, a professora E7 afirmou: "Quando introduzimos temas sobre a cultura negra, os alunos reagem com curiosidade e interesse, o que me motiva a continuar esse trabalho." Essas falas ilustram a dualidade das experiências enfrentadas pelos educadores.

A análise desses relatos permite compreender a complexidade da implementação da educação antirracista. Conforme relatou o E3, a resistência percebida pode ser atribuída a uma formação deficiente e à falta de apoio institucional, que impede uma abordagem efetiva dos temas raciais. Essa resistência, portanto, não se limita apenas à atitude dos alunos, mas é um reflexo de um ambiente educacional que ainda carrega preconceitos enraizados e que requer uma transformação cultural mais ampla.

Por outro lado, a fala da professora E7 evidencia que, apesar dos desafios, há um potencial significativo para engajamento dos estudantes quando temas relacionados à cultura afro-brasileira são abordados. O interesse manifestado pelos alunos sinaliza uma abertura para discussões sobre diversidade e inclusão, ressaltando a importância de um currículo que valorize a pluralidade étnica. Essa curiosidade pode servir como um ponto de partida para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

Além disso, muitos educadores relataram a necessidade de formação contínua. A professora E5 afirmou: "Falta uma capacitação específica para que possamos abordar essas questões com segurança. Às vezes, me sinto perdida sobre como lidar com discussões que são tão delicadas." Esse depoimento indica a urgência de programas de formação que preparem os educadores para abordagens críticas e sensíveis, fundamentais para evitar a reprodução de estereótipos e preconceitos.

Em síntese, os relatos dos professores revelam uma dinâmica complexa na implementação da educação antirracista nas escolas. A resistência percebida, somada à falta de formação específica, cria um cenário desafiador. No entanto, o interesse dos alunos e a disposição de alguns educadores para transformar suas práticas são sinais promissores. Portanto, é imperativo que as políticas públicas não apenas promovam diretrizes, mas também ofereçam suporte efetivo e formação continuada, permitindo que os educadores se sintam capacitados a integrar a educação antirracista em seus currículos. Essa transformação não só beneficiará os alunos, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e igualitária.

IV. Conclusão

A conclusão da pesquisa evidencia a relevância das políticas públicas na integração da educação antirracista no currículo escolar brasileiro, destacando a complexidade das percepções e práticas dos educadores. Os dados coletados através das entrevistas em profundidade revelaram uma realidade multifacetada, na qual coexistem resistência e potencial para a promoção de uma educação mais inclusiva. Embora muitos professores reconheçam a necessidade de abordar questões raciais, a resistência, tanto por parte de colegas quanto de alunos, limita a implementação eficaz dessas discussões no ambiente escolar.

As falas dos educadores demonstraram que, apesar da resistência, existe um interesse significativo por parte dos alunos em aprender sobre a cultura afro-brasileira. Essa abertura deve ser explorada e incentivada, reforçando a importância de um currículo que valorize a diversidade étnica. A pesquisa indica que a curiosidade dos estudantes pode ser um motor de mudança, transformando a sala de aula em um espaço de diálogo e reflexão crítica sobre a racialidade, que é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Um dos principais desafios identificados na pesquisa foi a necessidade de formação contínua dos educadores. A falta de capacitação específica impede que os professores se sintam seguros ao abordar temas delicados relacionados à raça e à identidade. Portanto, as políticas públicas devem priorizar a formação de docentes, oferecendo programas que não apenas informem, mas que também promovam uma prática pedagógica sensível e crítica. Isso é fundamental para que os educadores possam atuar como agentes de mudança em suas comunidades escolares.

Além disso, a implementação de uma educação antirracista requer um comprometimento coletivo, que envolva não apenas as escolas, mas também as famílias e a sociedade civil. A educação não pode ser vista isoladamente; é um processo que envolve a formação de uma consciência crítica e coletiva sobre questões raciais. A participação ativa de todos os atores sociais é crucial para a consolidação de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade.

Por fim, a pesquisa aponta que a integração da educação antirracista no currículo escolar não é apenas uma questão de atender a diretrizes legais, mas um compromisso ético e social com a construção de uma sociedade

mais justa e igualitária. As políticas públicas devem ser constantemente avaliadas e adaptadas, a fim de garantir que promovam a inclusão e a diversidade de forma efetiva. Assim, a educação antirracista se torna um imperativo não só educacional, mas uma necessidade urgente para a transformação social no Brasil.

Referências

- [1]. Arzano, M. A. L.; Sampaio, M. C. J.; Melo, A. C. Diálogos Entre As Escolas E Os Saberes Das Comunidades Quilombolas: A Descolonização/Decolonização Do Currículo A Partir Da Lei No 10.639/2003. *Práxis Educativa*, V. 17, 2022.
- [2]. Coelho, W. N. B.; Brito, N. J. C.; Cruz, F. A. S. Vinte Anos Da Lei N. 10.639/2003, A Produção Do Profhistória E A Formação Continuada De Professores(As). *Revista De História E Ensino*, V. 12, N. 25, 2023.
- [3]. Oliveira, D. S. A Lei N° 10.639/2003: Educação Antirracista E Regime De Informação. *Múltiplos Olhares Em Ciência Da Informação*, Belo Horizonte, N. Especial, 2022.
- [4]. Pereira, C. L. .; Pereira, M. R. S. .; Bianco, G. Law N° 10.639/2003: The Teaching-Pedagogical Use Of Anti-Racist Films For The Decolonization Of Knowledge In Science And Mathematics Teaching. *Research, Society And Development*, [S. L.], V. 11, N. 6, P. E19711627965, 2022.